



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GISELLE SIQUEIRA ANTUN MAIA

**COLETIVO(S) DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE
FORTALECIMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA**

**JOÃO PESSOA
2021**

GISELLE SIQUEIRA ANTUN MAIA

COLETIVO(S) DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE
FORTALECIMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
com área de aprofundamento em Educação de
Jovens e Adultos.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M217c Maia, Giselle Siqueira Antun.

Coletivo(s) de mulheres e a construção de laços de fortalecimento para a permanência no Curso de Pedagogia / Giselle Siqueira Antun Maia. - João Pessoa, 2021.
47 f.

Orientação: Jeane Felix da Silva.
TCC (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Autônarrativa. 4. Coletivo feminino. 5. Empoderamento de mulheres. I. Silva, Jeane Felix da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37-055.2(043.2)

GISELLE SIQUEIRA ANTUN MAIA

COLETIVO(S) DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE
FORTALECIMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
com área de aprofundamento em Educação de
Jovens e Adultos.

Aprovado em: 05/07/2021

BANCA EXAMINADORA

JEANE FELIX DA Assinado de forma
SILVA:03528368 digital por JEANE FELIX
497 DA SILVA:03528368497
Dados: 2021.07.26
18:07:16 -03'00'

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva
Orientadora (CEDU/UFAL)

Prof. Dr. Edson de Carvalho Guedes
Examinador (UFPB/CE)

Profa. Dra. Nádia Jane de Sousa
Examinadora (UFPB/CE)

Com todo amor, dedico este trabalho à
Fátima Elízia
Edila Quintão
Maria da Luz Olegário
Lissandra Oliveira

Mulheres que me inspiram a viver
para construir um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que me sustentaram com apoio e acolhimento nos momentos mais difíceis no percurso acadêmico, em especial, as estudantes que compõem o coletivo retratado neste TCC e à Graça Bandeira.

Aos meus professores e professoras, fontes de inspiração, pela oportunidade de tantos conhecimentos compartilhados durante o curso, que levarei por toda vida.

À Professora Dra. Jeane Félix da Silva e ao Professor Dr. Edson Carvalho Guedes, por toda generosidade e paciência.

*Pra começar
Quem vai colar
Os tais caquinhos
Do velho mundo?*

*Pátrias, famílias, religiões
E preconceitos
Quebrou, não tem mais jeito*

*Agora descubra de verdade
O que você ama
Que tudo pode ser seu*

*Se tudo caiu
Que tudo caia
Pois tudo raia
E o mundo pode ser seu*

*Pra terminar
Quem vai colar
Os tais caquinhos
Do velho mundo?*

*Marina Lima / Antônio Cícero
Letra da música Pra Começar*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca refletir sobre um coletivo de apoio feminino, que se construiu no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e suas contribuições para a permanência de mulheres estudantes no Curso. Este coletivo de mulheres se constituiu durante o percurso acadêmico, entre os anos de 2015 e 2020. Desse modo, busca-se descrever e refletir sobre os vínculos e as estratégias desse coletivo de mulheres estudantes para dar sustentação à permanência de mulheres no curso de Pedagogia. Parto do pressuposto de que as dificuldades enfrentadas por essas estudantes para permanecer no curso estão diretamente relacionadas com inscrições de gênero e com o modelo contemporâneo de pensar e conceber o conhecimento nas instituições de ensino, que é orientado a partir de uma matriz androcêntrica. As estratégias metodológicas adotadas foram a escrita autonarrativa e a coleta de relatos de quatro estudantes que compõem o referido coletivo. A questão orientadora apresentada às participantes da pesquisa foi: *“Como o coletivo contribuiu para a sua permanência no curso de Pedagogia?”*. Do ponto de vista teórico este TCC se respalda principalmente nos conceitos de gênero, feminismo e coletivo. Desse modo, foi possível constatar que as contribuições do grupo partem do acolhimento, da escuta e da elaboração das experiências de vida dessas estudantes, que encontram ressonância de sentidos dentro do coletivo. Os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de investimento em uma educação pautada por princípios éticos e solidários e para a importância de coletivos como espaços de acolhimento e empoderamento de mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Autonarrativa. Coletivo. Empoderamento de mulheres.

ABSTRACT

The following term paper (Trabalho de Conclusão de Curso, in Brazilian Portuguese) seeks to reflect on a collective of women's support, raised on the Pedagogy Undergraduate Course (Curso de Pedagogia) from the Federal University of Paraíba (UFPB) and its contributions to the permanence of female students in the course. This collective of women has settled itself over the course of the academic years from 2015 to 2020. Therefore, I look after describing and thinking over the members' bond and the collective's strategies in providing for women to stay in the Pedagogy Course. I come from the idea that the hardships faced by these students to keep themselves in the course are closely associated to gender registration and the current manner of thinking and conceiving knowledge in educational institutions, which is conducted by an androcentric background. The employed methodological approaches were the self-narrative writing and the collection of reports from four students who make up the referred collective. The guiding question presented to the participants of the research was: *"How did the collective pitched in to your permanency in the Pedagogy Course?"*. In terms of theoretical perspective, this paper is mainly based on the concepts of gender, feminism and collective. Thereupon, it was possible to recognize that the group's contributions come from the hospitality, listening and discussion on the life experiences of these students, who find resonance of meaning within the collective. The results of this research point to the need for investment in an education based on ethical and solidary principles and to the importance of collectives as welcoming spaces and empowerment of women.

Keywords: Gender. Feminism. Self-narrative. Collective. Empowerment of women.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	MARCAÇÕES TEÓRICAS.....	16
3.	PARCERIA FEMININA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA: REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS.....	23
4.	PARCERIA FEMININA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA: A FORÇA DE UM COLETIVO DE MULHERES.....	27
5.	REFLEXÕES DE PEDAGOGAS EM FORMAÇÃO.....	35
6.	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	42
7.	REFERÊNCIAS.....	44
8.	APÊNDICE A.....	48
9.	APÊNDICE B.....	49

1. INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busco relacionar algumas contribuições de um coletivo de mulheres, constituído no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como espaço auto-organizado de acolhimento e empoderamento de mulheres. A escolha por este tema se deu a partir de reflexões decorrentes de minha vivência em um coletivo constituído durante meu percurso acadêmico. Nesse sentido, o tema que norteia este TCC trata de descrever e refletir sobre os vínculos e as estratégias de um coletivo de mulheres estudantes que contribuíram para dar sustentação à sua permanência no curso de Pedagogia, entre os anos de 2015 a 2020. O Coletivo será nomeado, neste trabalho, como Violácea.

Sinalizo aqui, que abordo, ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso, experiências de mulheres cisgênero, termo que compreende pessoas que performatizam ou mantêm linearidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero que lhes foi atribuída ao nascer (JESUS, 2012). Portanto, o uso dos termos “mulher” ou “mulheres”, neste trabalho, não se refere aos aspectos das experiências de mulheres transgênero.

Dentro das universidades, nas salas de aula, nos corredores e praças, mulheres narram (quando não sussurram) suas trajetórias de luta, dor e silenciamentos em processos que, logo de início, podemos atribuir à inscrição no gênero feminino. Na Pedagogia não é diferente. Nesses cinco anos como estudante do Curso, conheci diversas mulheres e seus desafios cotidianos para permanecer na universidade que, forjada a partir de marcadores machistas, é pouco aberta para demandas femininas, tais como a jornada exaustiva de trabalho público e doméstico, onde, neste último caso, pode-se destacar a exclusividade das atribuições de cuidado ainda existentes em nossa sociedade, sejam elas com filhos, idosos e os próprios cônjuges, bem como a insegurança profissional, relacionada a nossa área, a desvalorização da atuação pedagógica intrinsecamente ligada à própria desvalorização do trabalho desempenhado por mulheres, com o pressuposto da existência de uma “natureza feminina”, que desqualifica a complexidade para o desempenho dessas funções.

Na escuta dessas narrativas ouvi sobre o esgotamento engendrado em um complexo arranjo de ataques, opressões e silenciamentos, que não se inicia nem finaliza na universidade, pois as marcações de gênero nos constituem e nos atravessam mesmo antes de nosso nascimento. Não é sem razão que a primeira pergunta feita a uma mulher grávida é se o bebê será menino ou menina. A partir desse marcador, diversos esquemas de padrões de comportamento serão traçados, tanto pelos pais e mães, quanto pelos constantes reforços sociais. Entre os desafios de ser e estar mulher e estudante no curso de Pedagogia, destaco: ser mãe solo sem apoio, sobrecarga de atividades, falta de espaço acadêmico para tratar questões urgentes como violência sexual, relações abusivas e subjugação da figura feminina.

Nesse sentido, penso em como poderemos promover uma educação para a equidade de gênero sem tratarmos antes de oferecer às próprias estudantes do curso de Pedagogia, docentes em formação, suporte para o reconhecimento das violências e opressões por elas sofridas. Como acolher corpos que circulam no espaço acadêmico? Ao longo dos semestres, como graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, conheci estudantes que mudaram os rumos da minha história e das lentes com as quais eu percebia o mundo. Sabíamos que um ponto em comum nos marcava: a necessidade de comunicar, fazer algo a mais com aquilo que nos fizeram e fazem, dia após dia, a cada uma de nós. Nossas inquietações não nos permitiram vivenciar esses acontecimentos sem questionar de forma persistente nosso lugar, como mulheres, e o porquê de nossas experiências acabarem silenciadas no espaço acadêmico, já que os raros momentos que se abriam para a escuta nas aulas se encerravam tão logo a última palavra fosse dita, ou se estendiam, no máximo, através dos comentários de consolação por parte dos(as) professores(as) ou de outros(as) estudantes. Logo o assunto retornava ao seu lugar de naturalização (ou banalização cotidiana).

Existe uma linha invisível que sustenta os moldes de ser, estar e observar o mundo e esse modelo é eficiente na medida em que se estabelece como e por meio da linguagem, cria um efeito de adequações e verdades, como se não houvesse muito a ser questionado, portanto, promovendo silenciamentos. A quebra de um paradigma como esses necessita de empenho e articulação em diversas esferas, pois está impregnado nas transmissões geracionais, nos núcleos familiares, nas organizações sociais, religiosas, na estrutura das instituições, incluindo as educacionais. Podemos,

rapidamente, compreendê-las advindas da histórica subcategorização da mulher, que perpassa longos séculos. Restringida da fala, da participação e das decisões no espaço público, sua existência é limitada ao espaço doméstico, à servidão e à subordinação ao pai, ao marido e ao Estado (TIBURI, 2018, p. 106). Esse histórico de dominação, domesticação, violência e silenciamento fez com que civilizações se constituíssem sob a dominante perspectiva do “homem branco”¹, ou o que entendemos como patriarcado, que seria um sistema ideológico “que reserva para si a pretensão da verdade”, que se sustenta a partir do controle e da generificação dos corpos (*ibidem*). Segundo Carvalho (2008), os contextos de gênero “constituem um par de opostos em uma relação assimétrica”, neste sentido faz-se necessário reafirmar “continuamente que gênero é uma construção cultural, social e educacional que resulta em desigualdade, subordinação, opressão e sofrimento humano”, inclusive na produção científica, que é marcada por atributos androcêntricos (CARVALHO & RABAY, 2015).

Por isso, torna-se especialmente importante nos relacionarmos de modo a produzir outros conhecimentos possíveis sobre nós mesmas e sobre a totalidade na qual estamos inseridas, em processos contínuos de vivência, elaboração e teorização. Histórias escritas por mulheres e sobre mulheres. Ciência produzida fora dos moldes positivistas, em uma proposta que permita contar histórias coletivas e cotidianas, ancoradas em uma perspectiva feminista “baseada na comunidade” (HOOKS, 2019, p. 44), com finalidade de desafiar os cânones machistas que sustentam nossa produção acadêmica, “desafiando a dominação masculina em nosso lar patriarcal” (*ibidem*).

Transformar em competências fundamentadas nossas próprias experiências de ser e perceber o mundo, quando se pode compreender que a educação escolar não nos oferece conhecimentos que ultrapassem os modelos tradicionais, é um desafio para o qual não podemos fechar nossos olhos. Posso afirmar que o coletivo se formou nessa direção, como um espaço (simbólico) para elaborarmos nossas vivências, nas dinâmicas das relações, no compartilhamento, em processos ativos de escuta e de cuidados umas com as outras; na construção de pensamento crítico, com toda a potencialidade do feminino, que no decorrer da graduação nos proporcionou

¹ Segundo Márcia Tiburi “o *homem branco* é apenas uma metáfora do poder, do sujeito do privilégio, da figura autoritária alicerçada no acobertamento das relações que envolvem os aspectos gênero e raça, sexo e classe, idade e corporeidade”.

um apoio substancial para ultrapassar os desafios que se impunham. Procuramos organizar nossos pensamentos fora da estrutura patriarcal, o que nos guiou a processos de autoconhecimento mediados pela identidade coletiva. O Violácea se constituiu como espaço, ao mesmo tempo, paralelo e extenso ao curso de Pedagogia e, por meio dele, fomos nos fortalecendo umas às outras.

Nessa direção, este TCC apresenta como **objetivo geral** investigar as contribuições de um coletivo de mulheres, formado por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como estratégia para a permanência no curso. Este TCC tem, ainda, os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar alguns dos desafios vivenciados por mulheres estudantes de Pedagogia para permanecer no curso.
- Compreender, a partir de narrativas dessas mulheres, quais estratégias individuais e coletivas são empregadas para permanecer no curso.
- Refletir sobre os atravessamentos de gênero e feminismo encontrados nas narrativas das estudantes participantes da pesquisa.

Assim, visando compreender as contribuições desse coletivo para a permanência de mulheres no Curso de Pedagogia da UFPB, este TCC partiu da seguinte questão: Quais estratégias são empreendidas por estudantes mulheres do Curso de Pedagogia para manterem-se na vida acadêmica? Para responder a essa pergunta, me reuni virtualmente com o coletivo Violácea para contarmos nossas histórias e lembrarmos as maneiras pelas quais temos (re)significado nossos percursos universitários com apoio umas das outras. Parto do pressuposto de que os vínculos estabelecidos em coletivos de mulheres contribuem para a permanência na graduação e para a superação dos desafios do percurso acadêmico a partir da construção de uma nova identidade coletiva.

O coletivo em questão teve início no ano de 2015, quando conheci as estudantes Claudia e Heloísa² nos primeiros semestres do curso. Essa aproximação se deu naturalmente, na medida em que a cada aula percebíamos lacunas e semelhanças nos nossos processos de vida. Após as aulas, em incansáveis conversas na praça do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da

² As estudantes integrantes do coletivo assinaram o termo de autorização, conforme Apêndice 1, no qual autorizaram a divulgação de seus relatos neste trabalho, contudo, mantendo em sigilo suas identidades. Portanto, as estudantes foram identificadas com nomes fictícios.

UFPB, chamada “Praça da Alegria”, até irmos alcançando espaços mais restritos e pessoais, em contato com nossas casas e nossas famílias. Começamos a nos perceber com mais cuidado e detalhe, a traçar, a partir daquela relação, um fio que nos conduziria a investigações coletivas, sobre o que é ser mulher, estudante de Pedagogia, mãe; e pessoais, ao observar os espaços e as relações nas quais estamos inseridas, os papéis que desempenhamos, analisar nossas histórias familiares e das mulheres que nos antecederam. Desse modo, vimos surgir o coletivo Violácea, em um movimento um tanto experimental e espontâneo, de apoio e questionamentos, com a finalidade de darmos suporte umas às outras, compartilhar vivências e expectativas em relação à atuação na área da Educação. No decorrer dos semestres, outras estudantes foram compondo o coletivo, à medida que se identificavam com as nossas falas e sentiam-se seguras para compartilhar conosco questões pessoais que, ao mesmo tempo, nos soavam estranhamente familiares. Essa rede de apoio se configurou como um “lugar”, um espaço seguro, um refúgio para cada uma de nós dentro da universidade, especialmente, como extensão dos nossos interesses coletivos que não repercutem no ambiente acadêmico, pelo contrário, são interesses e discussões que esse ambiente se nega reconhecer. O coletivo conta com 10 mulheres de idades entre 24 e 35 anos, estudantes do turno da noite. Em sua composição, mulheres negras, mães solo, mulheres lésbicas e bissexuais, vindas de diversas regiões do país, entre experiências de vida e trabalho do Campo ou da caótica rotina de sobrevivência de grandes centros urbanos, algumas participantes de movimentos negro, estudantil e feminista. Interseccionalidades que permitiram ampliação dos olhares e dos debates acerca das temáticas aqui apresentadas.

Para dar conta dos objetivos propostos, lanço mão das narrativas como estratégia metodológica neste TCC. Para isso, assumi relatos autonarrativos, bem como a coleta de relatos de quatro mulheres que constituem o coletivo. A opção por essas estratégias se deve ao fato de que considero da maior importância poder comunicar, como integrante, junto a outras mulheres do referido coletivo, experiências e descobertas que fizemos sobre nossas potencialidades, escapando dos moldes nos quais tentam nos aprisionar. Ou, em termo feministas (TIBURI, 2018, p.100), para não compactuar com a invisibilidade frente as “misérias da condição feminina”.

O uso de narrativas como fonte e ferramenta de pesquisas educacionais é algo potente, mas ainda pouco utilizado. As autoras Oliveira e Satriano (2017, p. 372),

argumentam sobre a importância dessa modalidade de pesquisa para o resgate do sujeito para o centro do processo nas Ciências Humanas e para a valorização das subjetividades. De acordo com as autoras: “a narração não é a descrição fiel do fato, mas como ele foi construído mentalmente pelo narrador” (p. 373), com isso, “a autoria e a autonomia se fortalecem na reelaboração de questões internas e externas” (p. 375). De acordo com as autoras (idem), “no caso da narrativa autobiográfica, o autor e o espectador estão reunidos na mesma figura”, o que não se dá de modo fixo ou linear, porque, ao narrar uma experiência, essa é revivida, repensada, refletida, contribuindo com a formação do(a) pesquisador(a) que faz uso dessa metodologia.

Para a composição dos relatos, utilizei como critério de inclusão aqueles que foram encaminhados pelas estudantes dentro do prazo estabelecido para a pesquisa, qual seja: Período Suplementar 2020.1. A cada uma delas encaminhei os documentos Autorização de utilização de informações prestadas (vide apêndice, p. 46), em que comunico os fins de utilização de seus relatos, e Instrumento de coleta de dados (vide apêndice, p. 47), que inclui uma observação sobre a preservação das identidades das participantes. No grupo de WhatsApp do coletivo, apresentei os objetivos da pesquisa e solicitei que me fossem encaminhados, em formato de áudios ou textos, respostas para a pergunta: *Como o coletivo contribuiu para sua permanência no Curso de Pedagogia?*

Para análise, foram extraídos trechos dos relatos integrais das estudantes, utilizando como critério de seleção a recorrência e a relevância dos temas por elas abordados a partir da referida questão norteadora de pesquisa. Em vista disso, a organização da análise foi distribuída agrupando-se os trechos por sessões temáticas.

Desse modo, para fins de organização, este Trabalho de Conclusão de Curso está distribuído em seis seções, quais sejam: esta primeira, introdutória; a segunda na qual apresento os marcos teóricos que sustentam este trabalho; a terceira por uma autonarrativa com lembranças pessoais até o ingresso no Curso de Pedagogia. Na quarta parte, apresento relatos de quatro estudantes pertencentes ao coletivo, orientadas pela questão: *“Como este coletivo de mulheres tem contribuído para sua permanência do Curso de Pedagogia?”*, com o intuito de analisá-los de modo a compreender como a relação coletiva produziu uma nova rede de sentidos de ser/estar na universidade.

2. MARCAÇÕES TEÓRICAS

Em uma sociedade machista como a nossa, ser mulher e estudante universitária é uma conquista. Não podemos perder de vista que, apesar de sermos a maioria nas universidades, ainda temos mais dificuldades que os homens para nos mantermos em nossos cursos em virtude dos atravessamentos de gênero, tais como a maternidade, atribuições de cuidados com a casa e com a família que sobrecarregam as mulheres, além das diversas jornadas de trabalho. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as mulheres entre 25 a 34 anos representam 35% da população brasileira com ensino superior, enquanto os homens representam 18%³. Contudo, enfrentamos mais dificuldades que os homens para acessar o mercado de trabalho. Para Carvalho e Rabay (2015, p. 122), há ainda uma equivocada interpretação nas análises quantitativas sobre o acesso de mulheres ao ensino superior. De acordo com as autoras, embora haja paridade de matrículas e o acesso e a permanência sejam efetivamente maiores no caso das mulheres, as pesquisas não consideram os cursos que geralmente são acessados por elas e os cursos tradicionalmente acessados por homens, portanto, permanecendo a reprodução de “generificação das carreiras”.

A persistência da divisão de gênero do conhecimento e do trabalho segrega as mulheres a ocupações desvalorizadas, precárias e mal-pagas, reforçando a invisibilidade do trabalho de reprodução, paralelamente ao ingresso de algumas delas em carreiras masculinas (CARVALHO, 2010, p. 239).

Carvalho e Rabay (2015) destacam a resistência e o equívoco de profissionais quanto ao uso e compreensão de gênero dentro da esfera educacional, em qualquer que seja a instância:

Do uso de gênero como sinônimo de sexo, ao se proclamar o sucesso educacional das mulheres, deduz-se que, no Brasil, não há assimetrias de gênero no sistema educacional, o que pode explicar a ausência de políticas e práticas interessadas na equidade de gênero na escola e na universidade. E, pior ainda, pode-se inverter o problema, afirmando-se uma suposta vantagem das mulheres (CARVALHO; RABAY, 2015, p. 122).

³Informação disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/apenas-21-porcento-dos-brasileiros-de-25-a-34-anos-tem-ensino-superior/>

Ao longo da graduação, conheci muitas estudantes que vivenciavam situações desafiadoras para manterem-se em seus cursos e conseguirem se formar. Os desafios vivenciados por essas estudantes universitárias são decorrentes do cenário de desigualdade de gênero no qual se ancora a nossa sociedade. Suas diversas jornadas de trabalho, sejam formais e/ou domésticas, são frequentemente desvalorizadas pelo corpo social, incluindo a academia, na qual há ausência de suporte efetivo às mães universitárias, como se toda a sua estrutura de funcionamento dissesse a elas: “esse não é um espaço para você”. Essa falta de acolhimento e de suporte com recorte de gênero para as mulheres afeta de forma profunda as mulheres, sobretudo aquelas que já se encontram em situações de vulnerabilidade social e, não raro, acabam por interromper ou abandonar os estudos.

Muitas estudantes mulheres estão inseridas em contextos de violência no ambiente familiar. Submetidas aos seus agressores, financeira e psicologicamente, relatam suas inseguranças com o futuro, com o que será feito após o curso e sobre a autonomia financeira parecer algo difícil ou improvável. Outras tantas foram violentadas sexualmente pelos próprios parentes com quem residem, carregando dia após dia esse fardo em silêncio, por vergonha, medo de julgamento e exposição, de ser responsabilizada e por não restarem alternativas viáveis de afastamento sem que exista autossuficiência econômica. Hooks (2019), ao abordar a situação econômica das mulheres e apontar a maior entrada delas para o grupo de pobreza, destaca as tentativas patriarcais de desmonte das políticas de assistência social, na intenção de negar-lhes acesso às necessidades básicas. Nas palavras da autora:

A pobreza se tornou uma questão feminina central [...] retornar ao lar fundamentado na dominação masculina patriarcal em que homens são provedores é a solução oferecida a mulheres por políticos conservadores, que ignoram a realidade do desemprego em massa [...] uma vez que o custo de vida em nossa sociedade é alto, para a maioria dos trabalhadores, incluindo mulheres, o trabalho não leva à autossuficiência econômica (HOOKS, 2019, p. 85).

Em todos os casos, há um processo que se repete e que se retroalimenta: a vulnerabilização e precarização da vida das mulheres dificultam significativamente a sua mobilidade social, bem como a ocupação por elas de outros espaços, como o acadêmico e o político. Sem que possam ocupar plenamente os espaços de debate, apontar demandas e propor, muitos dos temas urgentes e caros à vida das mulheres são negligenciados. De acordo com Birolì:

Quando a organização das relações na vida privada constitui barreira à participação paritária de mulheres e homens na vida pública, fica reduzida a possibilidade de que as questões que se definem como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos e a violência e a dominação de gênero na família, ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (BIROLI, 2016. p. 34).

Gênero tem sido um termo marcado por incompreensões conceituais e tentativas de desqualificá-lo por estar avesso aos preceitos conservadores. Na teoria feminista, segundo Carvalho (2008, p. 01), gênero representa: “um princípio de diferenciação e uma estrutura de desigualdade e dominação simbólica, dominação masculina no caso das sociedades patriarcais, sexistas, e das culturas androcêntricas, centradas em normas e valores masculinos”.

A redução de *gênero* a um sinônimo de sexo biológico desconsidera toda a problematização, bem como o caráter político de suas lutas, as quais se vinculam a crítica da divisão sexual do trabalho e a exploração sexual, por exemplo (CARVALHO & RABAY, 2015). Assim, precisamos sempre destacar que tais divisões entre os papéis desempenhados por mulheres e homens em uma sociedade não são produtos de uma determinação biológica (principal argumento sustentado no senso comum, com aparente validade científica), mas produtos dos discursos produzidos socialmente, em cada momento histórico, sobre os corpos sexuados, sem com isso negar as distinções propriamente biológicas (LOURO, 1997).

Para nos posicionarmos diante de uma violência epistemológica, destaco a importância da parceria feminina para a identificação dos inúmeros dispositivos de manutenção da estrutura patriarcal. Desse modo, é necessário construir espaços coletivos de acolhimento, que valorizem experiências de mulheres para que se construam articulações a partir de outras narrativas possíveis, visando romper com o sistema sexista. Como constata Hooks (2019, p. 34), transformações não serão possíveis sem que antes se crie uma “base para a solidariedade entre mulheres”.

Com grande frequência, mulheres acreditam que os movimentos feministas e pela equidade de gênero atingiram seus objetivos nas últimas décadas, ao passo que afirmam nunca terem se aproximado das discussões tecidas no interior desses movimentos. Hooks (2019) afirma que um viés para esse pensamento equivocado surgiu pela notoriedade de pensadoras feministas de classes privilegiadas que estabeleceram como pauta principal atingir igualdade social através de suas carreiras

profissionais, com salários iguais para as mesmas funções desempenhadas por homens e mulheres, o que de fato desencadeou uma série de mudanças significativas nas relações de trabalho, ainda que discriminações por gênero se façam presentes nos espaços profissionais.

Ao declarar a entrada de mulheres de classes privilegiadas para o mercado de trabalho como um marco libertador e emancipatório para mulheres (como um grupo social), a realidade de mulheres pobres e da classe trabalhadora é desconsiderada, pois não participaram dessas mudanças ou obtiveram melhores condições de trabalho, tampouco remuneração que lhes garantisse alguma independência. Para Pinto, Pontes e Silva (2013, p. 299):

Em função da baixa qualificação profissional das mulheres das classes populares e da desvalorização geral do trabalho feminino, a remuneração que elas podem obter é, de modo geral, pequena. Além disso, as atividades remuneradas, muitas vezes, são realizadas simultaneamente com as tarefas domésticas.

Hooks (2019) comenta que mesmo o alto poder aquisitivo não absolve mulheres de permanecerem submetidas à dominação masculina, ainda que se encontrem em posição com maiores vantagens para conseguir se libertar de seus agressores quando se aproximam de pensamentos feministas. A realidade cotidiana das responsabilidades do lar ainda é atribuída às mulheres e a participação dos homens é considerada uma “ajuda” pontual. Quando reproduzimos a perspectiva da “ajuda” dos homens em relação aos cuidados com as crianças e com a organização da vida doméstica, reforçamos que sua participação é facultativa e que não é igualmente de sua responsabilidade comprometer-se com o espaço que habita e com o bem-estar das pessoas com quem convive. Independente do gênero que nos marca, somos seres que dispomos de capacidades para reconhecer as necessidades do ambiente ao qual estamos inseridos.

Temos no Brasil elevados índices de violência contra a mulher - física, moral, sexual, psicológica e patrimonial - crimes previstos pela Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha e qualificada como “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar”⁴. O caráter doméstico/familiar atribuído aos crimes contra a mulher evidencia a complexidade para desarticular essa estrutura, que se

4 BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 04 dez. 2020.

inicia antes mesmo do nascimento por meio da (re)produção de discursos sobre “ser” homem ou “ser” mulher⁵.

Na página principal do Instituto Maria da Penha (IMP) encontram-se especificadas cada uma das violências previstas pela Lei, além de uma importante informação sobre as bases culturais as quais estão ancoradas⁶:

a cultura da violência e discriminação, entre tantas outras, compõem o panorama cultural de uma sociedade patriarcal que legitima, banaliza, promove e silencia diante da violência contra a mulher. Mudar essa mentalidade e combater os estereótipos de gênero é uma maneira de enfrentar e não tolerar mais esse tipo de agressão (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020, online).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil registrou, só no início do primeiro semestre de 2020, 648 casos de feminicídio, ao tempo que houve queda nas notificações de crimes como ameaça, lesão corporal dolosa e estupro, em comparação com o mesmo período de 2019. Notificações como essa foram dificultadas, pois dependiam do comparecimento das vítimas à delegacia, que encontravam-se em situações adversas em decorrência do isolamento social como medida adotada por diversos Estados para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.⁷

Quando passamos para dados sobre representatividade política, segundo relatório da Organização das Nações Unidas e União Interparlamentar, Mapa Mulheres na Política 2019:

no ranking de representatividade feminina no Parlamento, o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados, com 15% de participação de mulheres. São 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos. Já no ranking de representatividade feminina no governo, o Brasil ocupa apenas a posição 149 em um total de 188 países. O governo de Jair Bolsonaro tem somente 9% de representatividade feminina, com apenas duas mulheres entre os 22 ministros. A média mundial é de 20,7% (BRASIL, 2019).

⁵ Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em 04 dez. 2020.

⁶ IMP - Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em 04 dez. 2020.

⁷ Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7853/Brasil+teve+648+casos+de+femicidio+c3%addio+no+primeiro+semestre+de+2020>. Acesso em 04 dez. 2020.

Mulheres foram afastadas da vida pública em diversos momentos da história, por meio de mecanismos que limitam desde muito cedo suas trajetórias de vida. Acrescenta-se a isso o fato de não poder contar a própria história (TIBURI, 2019, p. 93). Os percalços da vida como mulher foram amplamente abafados e a vida doméstica, a que fomos destinadas, não gozava (e não goza) da mesma importância que a vida pública. Representamos mais da metade da população mundial, mas são os homens que dominam os espaços de poder e de tomada de decisões, como o sistema político e eleitoral.

As informações apresentadas até o momento suscitam questionamentos. Quais as lacunas educacionais têm se perpetuado na formação acadêmica em torno dos debates das questões de gênero? Por quais razões as demandas femininas têm sido negligenciadas? Por que o cenário brasileiro de violência contra a mulher e a baixa representação política ainda não são tratados como pautas urgentes no Curso de Pedagogia? Quais espaços nos são oferecidos para questionar, elaborar e propor? Será que proposição de Hooks (2019, p. 45) sobre a teoria feminista ter passado “a ser hospedada por um gueto acadêmico com pouca conexão com o mundo lá fora” é verdadeira? Apesar da crescente produção acadêmica acerca das temáticas *gênero* e *feminismo*, a realidade vivenciada pelas próprias estudantes do Curso de Pedagogia na UFPB passa despercebida.

Acredito que estar na universidade precisa fazer sentido para todos(as). Não podemos apenas nos adaptar aos moldes de uma estrutura de formação sem questionar de que maneira isso é feito: como, para quem, para quê. Precisamos de espaços que nos auxiliem para a transformação dos quadros de desigualdades sociais e de gênero, aproximando a vida acadêmica da vida vivida fora dela. Assim como indicam Felix e Lins (2020, p. 86), acredito na potência dos coletivos, particularmente de mulheres, pela “(cri)ação de espaços e momentos de ser-existência na universidade que cuidam, gestam e se movimentam por meio de coletivos organizados, por meio de relações entre a universidade e espaços educativos não-escolares”, com a perspectiva de uma formação tomada em sentido amplo, fora do modelo curricular tradicional.

O conceito de coletivo apresentado neste TCC relaciona-se com a definição das autoras Escóssia e Kastrupp (2005, p. 296), como “coengendramento dos seres”; plano de criação, composições transitórias e orgânicas “que agenciam estratos

heterogêneos do ser”. Nessa direção, a experiência narrada do coletivo Violácea aponta para uma relação entre mulheres, durante o percurso acadêmico, que ressignificou a forma de ser e estar na universidade, conduzindo planos de criação e superação, em uma rede de apoio. Para Juliano e Yunes (2014, p. 136) “apoio social tem a ver com as relações que uma pessoa estabelece na vida e que podem influenciar de forma significativa a definição da sua personalidade e o desenvolvimento”.

3. PARCERIA FEMININA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA: REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS

*O verdadeiro lugar de nascimento é aquele
em que pela primeira vez lançamos um olhar
inteligente sobre nós mesmos
Marguerite Yourcenar*

Para situar minhas experiências anteriores ao ingresso na universidade e ao encontro com as mulheres que compõem o Violácea, destaco minha mudança em 2012, da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de João Pessoa, bem como a motivação para essa decisão. Aos 18 anos passei por um processo fundamental de ruptura com uma estrutura familiar adoecedora ao aceitar um convite para morar com uma parenta com a qual, até o momento, eu não tinha tido contato. Essa oportunidade provocou uma divisão de percurso, de expectativas e de entendimentos, especialmente sobre as relações familiares. Senti alívio (ao contrário do que se podia esperar) do distanciamento familiar, por ter sido, no fundo, uma decisão de fuga de um ambiente nocivo.

A sensação era de estranhamento, de não ser capaz de me situar no mundo, das minhas ações serem direcionadas apenas pelas demandas que surgiam, sem nenhuma orientação. Trabalhar, estar sozinha em outro Estado, aprender a administrar a vida de uma hora para outra perdurou até estabelecer novos vínculos, surgir outros núcleos em que eu pudesse ter apoio e então reorganizar minhas vivências. Como consequência de anos de disputas judiciais entre meus pais, desde meus primeiros anos de vida, entendi que nunca havia tido uma história pessoal para além dessa relação familiar de conflito. Uma corda tensionada entre dois lados desiguais, do lado onde geralmente ela arrebenta: nos filhos, na maternidade.

A dilaceração das relações aparece como um desdobramento das inúmeras violências sofridas pelas mulheres da minha família ao longo de gerações. Mulheres endurecidas por suas trajetórias de vida. Agredidas, ameaçadas, banidas, vulgarizadas, descredibilizadas. Deixadas à própria sorte para sobreviver com seus filhos e filhas, com baixa remuneração, sem tempo de qualidade para o cuidado de si e sem condições de desenvolvimento profissional.

As crianças sofrem especialmente com a precarização da vida de suas mães que, em sua grande maioria, desempenham exclusivamente os papéis de cuidado. A

articulação entre a vida doméstica e o trabalho lançam a mulher em um quadro de desgaste e estresse, que interferem de maneira direta no desempenho da maternidade e da educação (PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Essa realidade acabou por refletir um padrão de comportamento agressivo e defensivo com a reprodução de padrões de violência patriarcal. Hooks (2019, p. 111) destaca que esse tipo de violência pode ser exercida por homens ou mulheres sobre crianças, em formas naturalizadas de controle com uso de força e coerção por um indivíduo no lugar de poder. Normatiza-se, assim, a violência adulta contra a criança. O quadro de violência e opressão transmitidos através das gerações, a ideia de moralidade, são valores patriarcais admitidos a partir de uma formação linguística imposta pela ordem dominante, em vista da manutenção dos seus privilégios (MOSÉ, 2018, p.71), que necessita rompimento para que se estabeleçam outras maneiras de convívio, de educação e de organização das relações.

A família pode representar, em muitas ocasiões, uma das instituições mais devastadoras para nós, mulheres, mas não só ela. No percurso da universidade vem à tona, em situações do cotidiano, como esse espaço não foi pensado por e para nós. Fato que se reflete desde o material teórico estudado em sala de aula, até à falta de assistência às mães universitárias. Não por coincidência os padrões se repetem nas relações, nos preconceitos (verbalizados ou simbólicos), bem como no percentual de mulheres matriculadas no curso Pedagogia em relação aos homens. Alves (2019, p. 29) verificou em 14 de agosto de 2019, junto a Superintendência de Tecnologia da Informação da Universidade Federal da Paraíba, que o Curso de Pedagogia da UFPB, Campus I, contava com 960 matrículas ativas no somatório dos três turnos em que o curso é oferecido pela Instituição, onde observa-se um percentual de 83% de mulheres matriculadas, enquanto homens representam 17%. Um dos fatores mais fortes de marcação dos lugares que socialmente espera-se de nós é a linguagem, usada no masculino genérico, a chamada linguagem sexista, nos exclui. De acordo com Amorim, Carvalho e Félix:

A linguagem sexista, que ainda predomina nas escolas e universidades, pode ser considerada uma expressão de violência simbólica ao invisibilizar (generalizando no masculino) ou desvalorizar as mulheres (referindo-se a elas com termos pejorativos, ou termos que não seriam utilizados para se referir a um homem), veiculando formas de discriminação mais ou menos sutis (AMORIM; CARVALHO; FÉLIX, 2017, p. 47).

Em uma sociedade de hierarquias pautada por sexismo⁸, como destaca Hooks (2019, p. 26), faz-se necessária uma revolucionária conscientização feminina para aprender sobre as estruturas de dominação patriarcal, sua reprodução, institucionalização e manutenção. Educar na lógica feminista é compreender que precisamos suspender os sistemas de hierarquização produtores de desigualdades e de “subcategorias” de existência, ligados não somente às relações humanas, mas também à maneira de lidarmos com meio ambiente, tomando como exemplo sua exploração e degradação, afetando os recursos naturais que sustentam nossa sobrevivência. Trata-se, pois, de uma educação em sentido amplo.

Entendo a educação feminista como modo de educar no reconhecimento e respeito à pluralidade constitutiva da vida, estabelecendo relações éticas, não sustentadas por um sistema de crenças baseado em violações dos corpos, das identidades e da vida. Conforme afirma Tiburi (2018, p. 91), “a ética é a chance de inventarmos nós mesmos e um outro mundo necessariamente a partir do pensamento crítico”. Desse modo, posso afirmar que minhas percepções e vivências me levaram a desejar mudanças que encontraram ressonância na escolha pela Pedagogia.

Retorno à minha história para contar sobre a base de apoio feminina. Foi ela que me sustentou em uma nova realidade e com ela pude receber orientação e acolhimento quando, por vezes, estive perdida. Minha inscrição para o ENEM, por exemplo, foi incentivada por uma amiga, ao notar que eu perderia a oportunidade de acessar o ensino superior. Até ali, ninguém havia conversado comigo sobre a universidade ou questionado meus interesses. Essa amiga tornou-se, para mim, uma referência de imenso valor. Tinha um histórico de difíceis vivências familiares e, mesmo com tantas marcas, conseguiu seguir, construir novos referenciais de vida e tornar-se professora universitária.

No ato da matrícula para Curso de Pedagogia, na UFPB, alguns documentos faltaram e certamente eu perderia a vaga se não fosse por outra amiga que prontamente abandonou o trabalho, no meio do expediente, para me levar em casa para procurá-los e retornar à universidade a tempo de concluir a matrícula. Quando me dei conta do poder da solidariedade entre as mulheres, tive a certeza que jamais estaria sozinha. “O feminismo é o contrário da solidão”, diz o título de um capítulo do

⁸ “Refere a todos os tipos de preconceito ou discriminação com base no sexo” (AMORIM; CARVALHO; FELIX, 2017, p. 47).

livro *Feminismo em comum* (Marcia Tiburi, 2019), que me inspirou para a construção deste TCC. Fala sobre as mulheres que nos antecederam em lutas por melhores condições de vida, ainda que talvez nem tenham se aproximado do feminismo, mas serviram de ponte para que pudéssemos estar aqui e permanecer confrontando determinados padrões.

O pensamento feminista, no percurso por uma sociedade mais justa e igualitária, deve sempre dialogar com os homens, que apesar de serem beneficiados pelos padrões sexistas que atravessam as relações sociais, também sofrem com eles na repressão de seus sentimentos e fragilidades quando, por exemplo, lhes é negado uma autoestima saudável, desde o início de formação da sua subjetividade. Em outros termos, como aponta Hooks (2019), “o feminismo é para todo mundo”, inclusive para os homens. Considerando a importância dos coletivos de mulheres e do suporte feminino, passo, a seguir, a explorar essa perspectiva a partir das mulheres do Coletivo Violácea.

4. PARCERIA FEMININA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA: A FORÇA DE UM COLETIVO DE MULHERES

Ao iniciarmos um percurso acadêmico nos deparamos com muitos desafios: precisamos aprender a linguagem e a maneira de ser/estar universitário(a), lidar com diversas demandas institucionais junto a expectativas profissionais e pessoais. As estratégias de aprendizagem do ensino superior são diferentes das que nos foram apresentadas na Educação Básica, e a impressão de que ganhamos alguma autonomia diante de nossa formação logo é dispersada pelos moldes e formatações, ou nas palavras de Félix e Oliveira (2020, p. 86), “que a formação universitária tem sido acionada numa perspectiva de fôrma mais do que de forma”. No percurso acadêmico também podemos observar como as circunstâncias de vida de cada indivíduo se chocam com as demandas de formação das instituições, onde ficam evidentes a implicação de alguns marcadores sociais.

Conheci Claudia durante as aulas do primeiro semestre, em 2015, quando iniciava meu percurso acadêmico com grande desmotivação. Eu havia reprovado dois semestres consecutivos por falta, em decorrência dos remanejamentos de horários na empresa em que trabalhava, o que fez com que meu CRA⁹ tivesse uma nota baixa.

Não foi possível, inicialmente, conciliar as demandas de trabalho, vida acadêmica e adaptação de morar sozinha. Apesar dessas atividades se apresentarem como projetos positivos em nossa sociedade, as circunstâncias que me levaram até elas eram complicadas. Via minha participação na academia limitada e duvidava que conseguiria concluir o curso daquela maneira. Como estudante do turno da noite tive poucas oportunidades de participar de eventos e projetos com os quais eu me identificava, já que boa parte deles ocorriam nos turnos da manhã e da tarde.

Durante uma aula, Claudia se apresentou para a turma e mencionou sua atuação no Grupo Maria Quitéria¹⁰. Lembro que ela tomou grande parte da minha atenção trazendo à tona uma série de questões que não faziam parte do meu universo. Eram críticas fortes sobre as relações hierárquicas, desigualdades e sobre a naturalidade com que elas se reproduzem na nossa sociedade. Além de

⁹ Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) utilizado pela UFPB.

¹⁰ Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba, fundado em 2002.

questionamentos sobre o corpo, o lugar da mulher, a periferia, a sexualidade, os padrões de gênero e a negritude eram frequentes em suas falas.

Despertava em mim muitas inquietações saber que uma mulher tinha a ousadia de questionar esses padrões mesmo com tantos olhares tortuosos voltados para ela. Pensava em como sustentar essas ideias feministas sem ser considerada radical, sem ser, precipitadamente, mal compreendida pelas pessoas. Dei-me conta de que vivemos em um estado de adormecimento e invisibilidade. Parecia-me estranho crer em uma realidade em que as mulheres compartilhassem essas ideias e conduzissem mudanças práticas e colaborativas.

Aos poucos, Claudia me ajudou a transformar o sentimento de desmotivação, de não pertencer ao ambiente acadêmico. Havia outras possibilidades de conhecimento e mudança, que não dependiam do protocolo acadêmico, nem do CRA, no entanto, me traziam a motivação de conhecimentos necessários.

Alguns aspectos do pensamento feminista apresentados por Claudia inseriam-me em um contexto diferente de conexão com outras mulheres ao perceber estruturas que antes eram difíceis de enxergar. Como mulheres, quase nunca estamos seguras. Mesmo dentro dos ambientes que deveriam nos acolher e oferecer segurança, precisamos ainda lutar para garantir condições de participação em diversos espaços sociais, políticos, institucionais, precisamos questionar a subjugação dos nossos corpos, do nosso trabalho, das nossas experiências de vida e tudo o que é atribuído ao feminino.

Aquilo me fazia pensar como a luta contra a discriminação de gênero dentro da universidade era necessária e ainda muito frágil. Senti-me responsável por tentar trazer esses debates para as aulas e também fora delas, de forma prática e mais radical. Ao passo que eu compreendia a importância da conscientização das estudantes de Pedagogia, percebia como a solidariedade entre mulheres era necessária e urgente. Não poderíamos ficar apenas aguardando os debates surgirem no ambiente da universidade. Quanto às estratégias de expandir os conhecimentos sobre o feminismo, Hooks comenta:

Um esforço coletivo de porta em porta para espalhar a mensagem do feminismo é necessário para que o movimento se renove, para recomençar com a premissa básica de que as políticas feministas são necessariamente radicais. E como o que é radical, com frequência, fica encoberto e escondido, precisamos fazer tudo o que for possível para trazer o feminismo à tona e espalhar esse conhecimento. Porque o feminismo é um movimento para

acabar com o sexismo, dominação e opressão sexistas, é uma luta que inclui esforços para acabar com a discriminação de gênero e para criar igualdade, é um movimento fundamentalmente radical (HOOKS, 2019, p. 161).

No semestre seguinte conhecemos Heloísa, com quem tivemos uma profunda identificação. Ela retornava à universidade após um semestre afastada em decorrência do nascimento de sua segunda filha, e a partir desse encontro a realidade da maternidade deu outra direção aos nossos questionamentos. Experimentamos (quase em tempo real) seu contato com conhecimentos feministas e com movimentos de mulheres, na sequência, a percepção sobre uma série de violências exercidas sobre ela e o movimento que fez para se libertar de algumas delas.

Nosso ponto de encontro inicial era a Praça da Alegria, localizada no Campus I, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, onde presenciamos inúmeros movimentos de reivindicações sociais, estudantis, feministas e intervenções artísticas. Um espaço privilegiado de interações e encontros entre a vida acadêmica e a vida “real”. Talvez por isso, todas sentissem tanto acolhimento naquele espaço: as pessoas tinham a possibilidade de se manifestar. Cartazes, desenhos, poesia pelas paredes, apresentações musicais, dança, capoeira, maracatu. Canteiros, orelhões e mesas da praça estavam sempre pintados com tintas coloridas.

A Praça da Alegria deu o tom para a formação do nosso coletivo. O cenário era propício para que pudéssemos nos deslocar, dentro da própria instituição, de seus moldes homogeneizantes e disciplinadores dos corpos e das subjetividades (FOUCAULT, 2014), e produzir sentidos a partir de outras experiências. Das nossas experiências. Como apontam Félix e Oliveira (2020, p. 87) “a produção de sentidos provoca movimentos potentes, capazes de deslocar pensamentos e ações, na direção de uma experiência mais viva e significativa de ser e estar no mundo”.

Com o passar dos meses, nos tornamos mais próximas e percebemos que a expressão alegre e descontraída de Heloísa foi dando lugar a notáveis sinais de esgotamento físico e psicológico, contrastando com seu perfil inicial. As circunstâncias da vida familiar estavam em constante conflito com seus projetos, com seu desempenho acadêmico.

Traduzir o avesso da maternidade não é tarefa fácil. A mesma dificuldade atravessa a vida de diversas mulheres que, orientadas socialmente por uma

maternidade idealizada, são inseridas na responsabilidade integral dos cuidados domésticos e da família, mesmo que para isso abra mão de cuidar de si mesma, sob um viés afetivo que, por vezes, as impede de questionar a estrutura por trás da qual esse modelo se ancora. Contudo, todos seus esforços e trabalhos parecem não ser reconhecidos ou valorizados.

Explicitando a crítica feminista feita à família moderna, Miguel e Biroli (2014, p. 48) estabelecem um paralelo da “valorização abstrata dos laços familiares em detrimento dos direitos individuais e da igualdade de gênero”, no qual o laço familiar produziria, ao mesmo tempo, dimensões afetivas e hierárquicas. Apontam para formas de coerção e incentivo ao livre engajamento à vida matrimonial, com fundamentos nas desigualdades materiais e simbólicas, levando à divisão sexual do trabalho. A produção deste “engajamento”, tal qual a subordinação à figura do marido - ou de outro homem: padrasto, irmão, tio - configurariam uma alienação de si, a partir de um “acordo” de restrições de direitos sobre o próprio corpo.

O contato com Heloísa nos permitiu uma nova perspectiva sobre nossas realidades familiares, sobre que contexto fomos criadas. O deslocamento do olhar para a figura da “mãe”, não como correspondente simbólico com o qual nos acostumamos, mas como a mulher inserida em situações específicas de dificuldades e vulnerabilização que acarretam desvantagens ao longo de sua vida, na ocupação dos espaços sociais, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas relações afetivas.

A estrutura se repete ao longo de gerações, até que sejam desconstruídas as estratégias que ampliam os quadros de desigualdade de gênero. Nas universidades, por exemplo, o próprio contexto da maternidade é negligenciado.

[...] as políticas que pretendem funcionar como ações facilitadoras da permanência dos estudantes, não podem deixar de incluir e reconhecer as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães. Este aspecto é de fundamental importância para inclusão de pautas reivindicatórias voltadas para o conjunto da população universitária feminina, e que possam contribuir, por exemplo, para dar visibilidade às demandas das estudantes que se tornam mães no percurso da formação superior (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 164).

Além da ausência de políticas institucionais efetivas que reconheçam e acolham as demandas de mães universitárias, o cenário dentro das salas de aula é

igualmente ruim. Ali, alguns docentes se mostram incomodados com a presença de crianças nas aulas, questionam às mães se realmente não haveria com quem deixá-las, em outros casos, sugerem que circulem com as crianças fora da sala de aula. Não por desconhecimento da realidade delas, pois, sabidamente, essas mães vinham de uma rotina exaustiva de trabalho, utilizando transporte público e estudando à noite, mas pelo fato da maternidade (ou, o corpo que pare) não ser admitida nesta e em tantas outras instituições. Obviamente reconheço que o espaço de sala das mães não é o mais adequado - nem para as crianças nem para as mães - mas é preciso a construção de políticas de suporte para que essas mulheres possam estudar sem ter que se preocupar com os/as filhos/as¹¹. Em relação às políticas de gênero, apontam Vasconcelos e Félix:

[...] no seio das políticas públicas, em particular as de Educação, funcionam distribuições de poder que tendem a reificar normas regulatórias de gênero, as quais tomam forma nos corpos de homens e mulheres, mas também nos espaços físicos como os das escolas, na construção dos projetos institucionais e pedagógicos, nas relações entre profissionais e entre estes/as e os/as discentes, enfim, na construção de políticas educacionais e de práticas pedagógicas, adentrando os espaços cotidianos (VASCONCELOS; FÉLIX, 2016, p. 260).

É desmotivador e desumano, ver a única alternativa de uma mãe e estudante universitária ser minada institucionalmente, em um espaço que tem direito a ocupar. Percebemos, na identificação de nossas dificuldades, que poderíamos nos organizar, oferecer mais de nós para suavizar o acúmulo das demandas que interferiam no nosso desempenho acadêmico. Desse modo, nossos encontros se estenderam dos espaços da universidade para nossas casas.

Outras mulheres aproximaram-se de nós, com demandas singulares, sempre atravessadas por questões de gênero. Cito o exemplo de integrantes do coletivo que passaram por violência sexual no ambiente familiar, que, para além da dor e do trauma, convivem com uma linha tênue entre a revolta e o silenciamento imposto. Por saber que certamente as culpabilizariam pelo ocorrido, ou mesmo responsabilizariam pelos conflitos familiares decorrentes da denúncia. Esta experiência compreende

¹¹Cabe destacar que no Centro de Educação (UFPB) há uma brinquedoteca, mas que ela não consegue atender a toda demanda das mulheres-mães que ali estudam.

sobreposições de violências, visto que em muitos casos ainda há convivência com os agressores.

Dessa forma, fomos constituindo o Violácea como um espaço de acolhimento, questionamentos e suporte. Um espaço onde cada uma de nós pôde ser vista, ouvida e respeitada em sua singularidade, transformando as situações de dificuldades em potências de (re)criação e resistência. Ou, como diria Claudia, *“uma sobe e puxa a outra”*.

Nossos encontros passaram a ter como marca o engajamento coletivo na distribuição de tarefas, como ajudar com a limpeza da casa, no cuidado com as crianças, preparo das refeições, acolhimento emocional, somados ao compartilhamento das vivências, das discussões dos conteúdos e trabalhos da universidade.

As situações do dia a dia eram debatidas a fim de elaborarmos estratégias de enfrentamento, questões como retornar para casa à noite, o medo de assédio em transportes públicos, dos trajetos ermos até nossas casas, para as que utilizam bicicleta para transporte, a ameaça dos carros que paravam ao nosso lado, as palavras de conteúdo sexual dirigidas a nós. Percebemos que garantíamos mais segurança ao utilizar roupas largas, casacos de moletom, trajes que se aproximavam do masculino.

Quando alguma de nós se encontrava em um relacionamento abusivo, ou em alguma situação de vulnerabilidade, ouvíamos e acolhíamos suas experiências na tentativa de nos orientarmos coletivamente para lidar com o problema. Em muitos casos, providenciando acolhimento imediato em nossas casas. Todas nós fomos acolhidas durante algum período.

Cada uma das perspectivas que nos chegava agregava a possibilidade de um outro olhar. Lembro de poucas conversas que não fossem sobre analisar nossos comportamentos e as relações em que estávamos inseridas, fosse com o ambiente, com outras pessoas e conosco. Claudia permanecia nos fornecendo outras perspectivas sobre o mundo, em um processo ativo e aplicado. Paralelo à educação formal que recebíamos na universidade, passamos por uma formação coletiva que nos serviu de base para o enfrentamento dos efeitos do patriarcado e do sexismo em nossas vidas. Nas aulas, havia uma sensação de distanciamento do que aprendíamos com as coisas que eram realmente aplicáveis em nosso cotidiano. Estávamos mesmo

criando um coletivo, pelo qual nos educávamos e nos apoiávamos para enfrentar os desafios de ser e estar mulher e estudante universitária.

A oportunidade de aplicar conhecimentos, de multiplicar as descobertas e análises que fazíamos em nosso coletivo iam ficando cada vez mais evidentes nas aulas. Protagonizamos debates acalorados e desconcertantes com professores(as) e colegas sobre os espaços que deveríamos ocupar para a desconstrução de determinados padrões que víamos dia após dia reproduzidos.

Outra integrante do Coletivo, Petra, nos trazia a urgência da mobilização das mulheres do Campo. Como mãe, de origem indígena, bissexual, com suas vivências do campo e da periferia, trazia a sensibilidade de uma experiência integral de vida, sobre sustentabilidade e com as denúncias de um ambiente ainda hostil pela autoridade masculina sobre as mulheres do campo.

Como deixaríamos de compartilhar com nossos(as) colegas de classe, e mesmo com os(as) professores(as), ideias antissexistas, antirracistas, anti-homofóbicas? Nenhum desses temas, em nossa perspectiva urgentes para a nossa formação, nos foi oferecido até aquele momento. Só mais tarde, no último período, no componente curricular Educação e Movimentos Sociais tivemos contato com esse tipo de ideias e literatura. Mas antes disso, éramos consideradas muito radicais. Para a época que vivemos, deveríamos nos aproximar de outros autores, que nos oferecessem perspectivas diversas de identidades.

O grupo criou tom, movimento. As outras estudantes se aproximavam de nós quando estavam enfrentando alguma dificuldade em sua vida pessoal, pois identificavam em nós um acolhimento que não era oferecido ou que não era compatível com a vida acadêmica. Essas mulheres se abriam, muitas vezes, sabendo da sua situação de vulnerabilidade, mas sem forças para dar um passo para tomar outros rumos. Nem sempre as opiniões do grupo vinham de maneira suave, algumas vinham com sensação de tapa, de sacudir toda a nossa história, para retomarmos o lugar de protagonismo sobre nossas próprias vidas.

Fomos surpreendidas, mais tarde, pela notícia da separação de Heloísa que afirmou ter compreendido, com a nossa colaboração, as formas de opressão as quais estava submetida na relação com seu marido, sobre a desvalorização progressiva de seus esforços diários, sobre a violência psicológica e patrimonial. Nos sentimos responsáveis, afinal, ela era uma mulher com duas filhas, o que configurava outro

peso à situação. No desdobramento desta separação, a postura do ex companheiro era de não “facilitar” as coisas para ela, que, apesar de ter rompido com esta relação, encontrara pelo caminho outros desafios para morar sozinha com as filhas, cuidar das tarefas domésticas e seguir os estudos. Ele seguiu, sem maiores consequências, focado em seu desenvolvimento profissional, com bom trabalho e boa remuneração.

Seguimos pensando sobre outras possibilidades de organização social. Infelizmente, os desafios enfrentados por Heloísa não são incomuns, ao contrário, são parte da vida de boa parte das mulheres em nosso país, e de muitas mulheres que conheci no Curso de Pedagogia da UFPB. Várias das minhas colegas, assim como eu, são filhas de famílias chefiadas por mulheres que têm na sua condição feminina desafios diários para dar conta. Estudar, em contextos de vida como o meu, como os nossos, não é algo simples. Estar estudante universitária, nesse sentido, é estratégia de (re)existência, na busca por formas para mudar a realidade.

5. REFLEXÕES DE PEDAGOGAS EM FORMAÇÃO

Passo, agora, a trazer trechos de narrativas de algumas estudantes que retratam a importância do coletivo Violácea em suas vidas, ajudando-as no percurso da graduação no Curso de Pedagogia. Solicitei às estudantes, durante um encontro virtual, que rememorassem experiências marcantes com o Violácea e que encaminhassem a mim seus relatos, transcritos ou por áudios em aplicativo de mensagens. Esses relatos foram orientados pela questão: *Como este coletivo de mulheres tem contribuído para sua permanência no Curso de Pedagogia?*

A intenção de apresentar esses registros é utilizá-los como instrumento de reflexão sobre a ausência de espaços na universidade para discutir nossas vivências como mulheres (para além dos muros da universidade, mas também dentro dela), que interferem diretamente na possibilidade real da conclusão dos estudos e, consequentemente, na ocupação de outros espaços desejados por nós.

Para análise foram retirados trechos dos relatos das estudantes acerca da questão norteadora, utilizando como critério de seleção a recorrência e a relevância dos temas abordados por elas, a saber: Permanência no Curso, Maternidade, Rede de Apoio, que passo a destacar a seguir.

Permanência no Curso

Petra: *“No coletivo pude sentir que existe uma rede de apoio. Assim, fui me tornando mais apta para seguir na jornada de estudos, na vida social e acadêmica. Recebi apoio de várias mulheres deste grupo e fui avançando com o apoio delas, em maioria mães. Fui acolhida com meu filho na casa de outra estudante que é mãe. A mesma me cuidou e cuidou do meu filho. Além de me dar força para não desistir do curso, me disse que sou uma referência para ela na academia.”*

Olivia: *“Era final do semestre e eu estava achando que não ia dar conta de alguns componentes curriculares, estava pra baixo por meu rendimento não ter sido satisfatório como eu gostaria. Por trabalhar, eu não conseguia participar de muita coisa promovida pelo Centro de Educação e dessa forma eu me sentia um pouco retirada do espaço acadêmico, deixada de lado. Heloísa, uma das componentes do coletivo, chegou na Praça onde eu estava, e começamos a conversar. Me contou*

sobre um grande problema que estava passando, porque não atingia só a ela, mas suas filhas e toda a estrutura da vida delas. Enfim, atingia vários âmbitos da vida e, mesmo assim, ela ainda estava à noite na universidade. Eu fiquei dias refletindo sobre aquilo e foi aí que o grupo começou a ganhar mais importância pra mim, pois percebi que o compartilhamento dessas experiências nos fortalece. Por mais que muitas vezes você não consiga agir diretamente, interferir na vida do outro, ouvi-lo ajuda a ter outra visão sobre as coisas e contribui para que a gente também atravesse nossos problemas”

Marina: “Nosso coletivo foi muito importante não só para garantir a permanência na universidade, mas também no sentido de dar uma diretriz para aquilo que a gente está estudando e pesquisando dentro do curso. Uma prova é esse teu trabalho¹², outra coisa é o meu TCC que também será sobre mulheres, sobre a questão da maternidade no contexto capitalista. Cada uma de nós tem uma experiência a agregar, tem uma experiência de opressão diferente que vivencia e eu acredito nessa troca que a gente tem. Temos no grupo mães, mulheres bissexuais, lésbicas e negras... O fato é que a gente pode compartilhar essas experiências e ir estudando, não só na universidade, mas observando na vida umas das outras o que essas situações agregam ou trazem de dificuldade, então conseguimos ver também a aplicação das teorias que a gente estuda na universidade na prática das nossas vidas. Acho que o coletivo ajuda a nos manter no curso até como uma inspiração, porque as situações que a gente vivencia e que compartilha umas com as outras nos dão mais fôlego, muitas vezes, para ir pesquisar, saber academicamente, argumentar sobre aquilo que a gente está vivenciando.”

Heloísa: “Este coletivo de mulheres é muito significativo pra mim. Eu havia trancado o curso por um período, quando minha segunda filha nasceu. Estava de volta em outra turma, recomeçando o contato com a Universidade, com todas as demandas de uma recém mãe na bagagem.

Ao longo do curso fui conhecendo cada uma e todas elas, com suas histórias e seu acolhimento me deram alento nos dias difíceis. Nos bons dias, compartilhamos nossos conhecimentos e experiências sem medo de críticas ou julgamentos. Tantas

¹² Referência a este Trabalho de Conclusão de Curso.

vezes precisamos ir para a Universidade depois de um dia caótico e chegando lá, ao nos encontrarmos, trocávamos energias e frases de superação. Às vezes era preciso que as outras, de certa forma, resgatassem a mulher que estava em sofrimento achando que não ia conseguir, lhe lembrando de todas as suas conquistas, de todas as fases difíceis, mas superadas, que já conhecíamos de sua vida. Ouvindo e acolhendo as nossas dores coletivamente, plantando sonhos e semeando inspirações e coragem, assim viemos seguindo”

Os trechos utilizados nesta seção apontam como o apoio afetivo, o compartilhamento de experiências com outras mulheres que passavam por dificuldades e ser ouvida foram particularmente importantes para as estudantes. Fica nítido que o reconhecimento dos esforços empreendidos por cada uma diante das situações adversas reforça o processo de resiliência coletiva. Como afirmam Juliano e Yunes (2014, p. 140), a resiliência seria um processo dinâmico, intrapsíquico e relacional que possibilita a superação e o fortalecimento individual e coletivo em resposta à exposição a situações de crise ou risco, portanto, um “constructo que resulta da interação entre risco e proteção”.

A repercussão individual do apoio coletivo, como núcleo de proteção, é notada no restabelecimento do equilíbrio emocional, na redução dos impactos negativos e geradores de estresse, reforçando uma percepção positiva do indivíduo sobre si mesmo e possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades para lidar com novos eventos (JULIANO; YUNES, 2014, p. 139). Tais fatores permitiram que o Violácea fosse percebido pelas integrantes como um suporte estratégico em suas vidas, despertando sentimentos de pertencimento e identificação que contribuíram, também, para a condução dos estudos e para o direcionamento de interesses de pesquisa acerca de temáticas vivenciadas pelo próprio coletivo.

Maternidade

Marina: “Não tinha nenhuma mãe na minha turma e conhecer Heloísa, conhecer outras mulheres que pelo menos compreendem, estão inseridas no contexto da maternidade, me deu uma luz, uma referência de que eu poderia estar na universidade, poderia tirar boas notas, poderia permanecer no curso e também agregar com minha experiência. Ser uma mulher e ser mãe não é só um obstáculo,

também é uma diferença, um lugar de fala, um lugar que a gente ocupa na sociedade, que a gente ocupa na universidade como mães dentro dos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Eu acho que aprendi isso, a valorizar esse lugar, a valorizar esse espaço dentro do coletivo.”

Heloísa: “Apesar de algumas integrantes não terem tido a experiência da maternidade em suas vidas, foram filhas de mulheres que como eu, tiveram que seguir sozinhas por determinada parte do caminho e sabiam das dores que uma mãe solo comunga com as filhas quando o pai negligencia sua parte de responsabilidade. Marina chegou na minha vida precisando de cuidados emocionais. Ao longo de nossas conversas fui me identificando com sua história e suas demandas. Aluna exemplar, acabara de se tornar mãe, e a maternidade, da forma como nos é imposta pela sociedade e cultura, sufoca nossos sonhos de estudantes e profissionais com demandas exaustivas de cuidados rotineiros e culpas. Ela estava experimentando essas aflições naquele momento. Já eu, que havia sido mãe aos 15 anos, estava familiarizada com as desistências e o baixo rendimento acadêmico. A maternidade é um terreno muito árido pra nós que não tivemos as devidas condições e o amadurecimento ideal para iniciar essa jornada. Combinada aos estudos, parece uma luta perdida em meio as batalhas internas, externas e institucionais para compor cada nota.

A ausência de entrega dos pais das crianças no que concerne a divisão do trabalho reprodutivo recai sobre as mães. Frequentemente nos vemos no meio de uma casa com brinquedos e restos de comida espalhados por todo o chão, com crianças que pedem atenção o tempo inteiro, seja através de chamados insistentes, berros e crises de choro, ou através de pequenas desobediências para chamar a atenção... E a gente se revira do avesso, para fazer compras, comida, limpar tudo, cuidar das crianças. Deixá-las felizes, limpas e alimentadas parece uma missão impossível, mas a gente tenta, e com isso o tempo, a energia e a disposição vão sendo gastos...”

Petra: “Neste grupo pude me deparar com muitas mulheres, com algumas pude me socializar, pude conhecer algumas mães e nesta convivência me sentir menos

culpa perante a maternidade que exerço. A maternidade e o Curso de Pedagogia são processos cansativos na rotina das estudantes.”

Conforme exposto pelas estudantes, o contexto da maternidade é um ponto crucial na vida de uma mulher, particularmente porque na maternidade se deparam com obrigações, cobranças, expectativas, inseguranças que podem variar a depender de inúmeros fatores como o apoio familiar e/ou coletivo, o ambiente em que está inserida, a divisão das responsabilidades referentes aos cuidados com a criança, o tempo que terá para cuidar de si e de seus interesses, como desenvolvimento pessoal, continuidade aos estudos etc. A maternidade, vivenciada sem suporte e rede de apoio, dificulta a vida acadêmica e profissional das mulheres-mães.

Os desdobramentos psicossomáticos e físicos da sobrecarga de demandas sobre as mulheres configuram graves obstáculos ao desempenho de suas atividades cotidianas, do seu bem estar e saúde, refletindo em desistências ou afastamento de seus estudos, trabalho, entre outros. Para Menezes e colaboradores/as:

[...] maternidade, trabalho e formação constituem uma dinâmica comum em nossa realidade, mas que se revela de uma forma perversa à subjetividade da mulher atual que se encontra num dilema entre satisfação pessoal e busca por melhores condições socioeconômicas versus o papel de cuidadora atribuído a ela (MENEZES et al., 2012, p. 23).

Ao dividir atenção e esforços entre tantas atividades, essas mães acabam por ver seu desempenho em todas as esferas de sua vida comprometidos. As regras sociais do desempenho da maternidade e das atribuições de cuidados com a família, foram historicamente constituídas, deixando pouco, ou nenhum espaço para que a mulher conquiste realização pessoal e profissional, especialmente por interferir diretamente nas demandas acadêmicas (BELTRAME; DONELLI, 2012, p. 209).

Rede de apoio

Marina: *“No ambiente da universidade, muitas vezes se cobra uma produtividade que não corresponde a um padrão que a gente consiga aplicar na nossa*

vida. Ter um espaço onde a gente possa compartilhar as nossas dificuldades, ser compreendida e apoiada, independente do tamanho da complexidade dessas dificuldades, não ser julgada, diminuída, ou comparada com ninguém... Sentir essa força, que damos umas para as outras, é de extrema importância para a gente permanecer dentro da universidade.”

Heloísa: *“Nessa caminhada, algumas mulheres passaram por nós rapidamente, outras já se formaram ou estão próximas disso. Todas estamos seguindo o próprio caminho, dando os passos que as pernas alcançam, com apoio e compreensão. Nunca estagnadas, nunca sozinhas de fato, nunca deixadas pelo caminho. Esse é o propósito do nosso coletivo.”*

Olívia: *“Trata-se de uma construção de um subjetivo que se inicia no individual, com a trajetória de cada uma, e deságua no coletivo de mulheres que, juntas, compartilham da experiência de estar na ‘selva universitária’. Minhas inseguranças na posição de ser mulher, nordestina, em um curso pouco valorizado, me deixava com a sensação de fraqueza e solidão. No coletivo outras mulheres, com trajetórias tão complexas quanto a minha, marcadas por alguns estigmas, seguiam juntas e mais fortes, dividindo experiências e aprendizados, tecendo críticas aos modelos que desejam desconstruir. Contra o machismo estrutural que nos permeia cotidianamente. Acredito que ao nos juntarmos, temos força e resistência, inspirando outras mulheres a buscarem seus propósitos e lugares sociais. Criamos elos entre nós que nos dão base para prosseguir.”*

Pode-se considerar como as principais estratégias do coletivo o acolhimento, a escuta, a troca de experiências. Todas as estudantes relataram momentos em que se sentiram desvalorizadas e incompetentes, em circunstâncias diferentes, mas que envolviam algum desprestígio atrelado à vivência como mulher.

O Violácea representou um espaço para revisitarmos os parâmetros de valorização das experiências. O que em muitos momentos foi observado como obstáculo, poderia então ganhar outros entendimentos e se transformar em potencialidades individuais e coletivas. Como na fala da estudante Marina, ter referência de outras mulheres que ocupam o mesmo espaço e perceber que poderia

agregar a partir da diferença, fazer deste marcador um lugar de fala, “um lugar que a gente ocupa na sociedade e na universidade”, portanto reafirmar de forma positiva tantos estigmas que carregamos: ora por ser mãe solo, ou por fazer escolha por um curso como a Pedagogia, ou por não estar no tempo adequado para concluir a graduação.

6. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A inscrição do gênero feminino ainda é um fator determinante para exclusão, violência e silenciamento de mulheres em nosso tempo. Seja nas relações pessoais, profissionais e/ou institucionais, mulheres passam por dificuldades específicas através dos discursos, práticas e códigos de uma sociedade pautada pela lógica patriarcal.

Na passagem pela universidade podemos observar que os mesmos esquemas se repetem. Os moldes se estabelecem por uma norma androcêntrica, deixando muitas outras experiências à margem.

Para propor mudanças é preciso que estejamos atentos aos dispositivos que nos conduzem a essa repetição e a manutenção das desigualdades impostas pelas relações de gênero. Onde não houver espaço para nós, mulheres, será preciso criá-los, na afirmação do nosso lugar de fala e das nossas experiências, para uma formação que não exclua aspectos importantes da vida e considere a urgência de ampliarmos os debates acerca desta temática, nos aproximarmos do entendimento comum de *gênero* como modelo de responsabilidades e comportamentos específicos atribuídos a determinado grupo, e utilizá-lo como ferramenta analítica e política para subverter as práticas socialmente constituídas (LOURO, 1997, p. 19).

Vi e senti a dificuldade de abertura para o debate sobre questões de gênero dentro do Curso de Pedagogia, que acabam por encontrar vazão a partir dos encontros entre estudantes que, não conformadas com o quadro de desigualdades, viabilizam os debates e questionamentos no ambiente da universidade. Mais que isso, agenciam meios de superação, de resgate de si através da percepção de que não estão sós. Somos vistas, compreendidas e amparadas por outras mulheres que desejam ocupar espaços, ter uma formação, ter a possibilidade de construir projetos de vida.

Penso que articulações feministas para mudar essas estruturas hierárquicas estão relacionadas com os encontros significativos em redes de apoio, como no coletivo Violácea, a partir do movimento de vivenciar, elaborar e teorizar, tomando como exemplo este Trabalho de Conclusão de Curso, onde escrevê-lo em primeira pessoa representa, para mim, uma forma de contribuir para que nossa formação contemple conteúdos que nos permitam romper com essa lógica de validação

científica a partir do distanciamento da vida e de processos subjetivos; romper com a pretensa “neutralidade” acadêmica.

Por haver a necessidade de tomar a palavra para afirmar que precisamos criar espaços para acolher as demandas femininas no Curso de Pedagogia, uma vez que os relatos aqui contidos não compreendem exceções, mas a regra - o habitual e histórico cotidiano de ser mulher e ter violações e interdições intrínsecas aos nossos corpos, destaco a importância que cada um(a) de nós em temos ao trazer à cena acadêmica esses debates, criando oportunidades para a visibilidade de experiência negligenciadas em prol de um nova proposta social pautada por relações éticas e equitárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilmara Thayse dos S. **O estudante homem no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba Campus I: desafios e perspectivas**. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

AMORIM, V. G.; CARVALHO, M. E. P; FÉLIX, J. “Não costumo perder meu tempo com esse tema”: reflexões sobre o sexismo cotidiano na fala de um docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Brasil teve 648 casos de feminicídio no primeiro semestre de 2020**. 19 outubro 2020. Disponível em: <[https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7853/ Brasil +teve+648+casos+de+femicidio%3ADdio+no+primeiro+semestre+de+2020#](https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7853/Brasil+teve+648+casos+de+femicidio%3ADdio+no+primeiro+semestre+de+2020#)>. Acesso em 22 nov. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília/DF, 29 março 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>>. Acesso em 23 nov. 2020.

BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017>. Acesso em 20 jun. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Construção e desconstrução de gênero no cotidiano da educação infantil: alguns achados de pesquisa**. Trabalho Encomendado. 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu/MG, 2008. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho_encomendado_-_gt23_-_maria_eulina_pessoa_de_carva.pdf>. Acesso em 25 nov. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00119.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de Conferência de encerramento: gênero, educação e ciência. In: MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 232-250. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tg384/pdf/machado-9788578791193-17.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021.

ESCOSSIA, Liliana; KASTRUP, Virginia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-

304, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a17>>. Acesso em 21 nov. 2020.

FÉLIX, Jeane; OLIVEIRA, Mariana Lins de. A educação não-escolar como potencializadora de processos (trans)formativos de jovens universitários/as. **Interfaces científicas - Educação**. Aracajú, v. 9, n. 3, p. 83 - 95, Número temático, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7869/4101>>. Acesso em 19 nov. 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libanio. 9ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Lei 1134 - **Tipos de violência**, c2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em 19 nov. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 16 mai. 2021.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.17, n.3, p. 135-154, set. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 20 mai. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MENEZES, Rafael de Souza et al. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, vol.20, n.21, pp. 23-47, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v20n21/03.pdf>>. Acesso em 02 jun. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea**. 1ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, V. M.; SATRIANO, C. R. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 51, p. 369-386, jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/8231/6742>>. Acesso em 26 nov. 2020.

PINTO, N. M. de A.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. da C. A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 297-315, dez. 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>>. Acesso em 02 de jun. 2021.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; FÉLIX, Jeane. Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos na Educação Escolar: entre igualdades e diversidades, a diferença. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 255-272, abr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6787>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

APÊNDICE A

(Autorização de utilização de informações prestadas)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, _____,
abaixo assinada, autorizo Giselle Siqueira Antun Maia, estudante do Curso de Pedagogia, Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: COLETIVO(S) DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE FORTALECIMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA, que está sendo orientado pela Professora Dra. Jeane Félix da Silva (DHP/CE).

João Pessoa, _____ de novembro de 2020.

Assinatura da participante

APÊNDICE B

(Instrumento de coleta de dados)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Cara participante,

A questão a seguir integra-se à pesquisa em desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema: COLETIVO(S) DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE FORTALECIMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA, orientado pela Professora Dra. Jeane Félix da Silva, cujo objetivo é investigar possíveis contribuições de coletivos de mulheres para a permeância no Curso de Pedagogia.

Orientações:

A questão pode ser respondida neste documento, ou através de aplicativo de mensagens, por texto ou áudio.

Na publicação deste trabalho sua identidade será mantida em sigilo absoluto, sendo omitida qualquer informação que permita a sua identificação.

Atenciosamente,

Giselle Siqueira Antun Maia

Estudante de Pedagogia

Questão da Pesquisa:

- Como o Coletivo contribuiu para sua permanência no Curso de Pedagogia?
- Conte alguma situação em que o Coletivo lhe ajudou a permanecer no curso.